Notícias do dia 04 de agosto

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos parlamentares são destaque na pauta desta 4ª-feira, 4 3

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Assembleia Legislativa acelera pautas próprias na 2ª sessão do semestre 5

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Após recesso parlamentar, matérias do Governo começam a tramitar na Assembleia Legislativa
. 6

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Assembleia: na volta das sessões, 18 matérias do governo começam a tramitar 7

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos parlamentares são destaque na pauta desta 4ª-feira, 4 9

Projetos parlamentares são destaque na pauta desta 4ª-feira, 4

Crédito: Sérgio Rocha

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), após retomar os trabalhos em sessão ocorrida na tarde de ontem, realiza nesta quarta-feira, 4, a segunda reunião ordinária do segundo semestre de 2021. Na oportunidade, os deputados devem deliberar uma pauta contendo 49 matérias. A sessão terá início às 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos durante a pandemia de covid-19.

Os processos constantes da pauta para a reunião de hoje contemplam exclusivamente iniciativas parlamentares. São oito projetos de lei em fase de segunda e definitiva votação e 12 em fase de primeira apreciação. A pauta traz, ainda, 29 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Um dos processos que consta da pauta, para segunda e definitiva votação, é o projeto de lei nº 1466/19 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que busca instituir programa de incentivo à implantação de hortas comunitárias em **Goiás**. O intuito é institucionalizar o Programa de Horta Comunitária como de Estado, para que o mesmo deixe de ser apenas um programa de governo, com previsão somente em decreto. "Essa proposta partiu de uma pesquisa realizada em outros estados sobre a regulamentação de hortas comunitárias", explica Karlos Cabral.

A propositura tem como modelo um projeto apresentado pelo deputado paranaense Evandro Júnior. "As vantagens do programa são o reforço da ação comunitária, a criação de ambientes saudáveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais, o estímulo da autonomia da comunidade inserida e a manutenção frequente do espaço urbano de forma completamente voluntária", reforça o deputado.

Karlos Cabral destaca, ainda, a função social do projeto. "As hortas comunitárias acessíveis à população contribuem para melhorar os hábitos alimentares, por meio do consumo de alimentos livres de agrotóxicos; promove a inclusão social, além de se tornar instrumento de educação e conscientização ambiental".

Ao tramitar pela CCJ, o projeto recebeu parecer favorável da deputada Lêda Borges (PSDB). Em seguida, foi encaminhado para análise da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, onde foi relatado pelo deputado Paulo Trabalho (PSL). Em Plenário, foi aprovado em primeira fase no dia 5 de maio do corrente ano.

É destaque também na pauta, porém em fase de primeira apreciação, o projeto de lei nº 5189/21 que promove alteração no Código Tributário do Estado. De iniciativa dos deputados Helio de Sousa (PSDB) e Amauri Ribeiro (Patriota), a medida visa fixar um limite para o valor das multas tributárias, que consiste em, no máximo, o valor do tributo devido correspondente.

O objetivo é estabelecer um critério justo, razoável e relativamente proporcional aos valores cobrados a título de multa tributária. "Sabe-se que as multas tributárias pelo descumprimento de obrigação acessória têm, sobretudo, uma natureza sancionatória. Com efeito, tais sanções não têm a finalidade de ressarcir ou indenizar o erário. Logo, não se justifica que sejam cobrados valores superiores ao valor do tributo devido referente à obrigação principal", explicam os autores na justificativa do projeto.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 4, consulte a pauta prévia .

Primeira sessão ordinária do segundo semestre de 2021

Durante a retomada dos trabalhos, em reunião ocorrida nesta terça-feira, 3, os parlamentares deliberaram sobre o processo nº 5766/21 , de autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), que versa sobre a concessão do pagamento de horas extras aos militares estaduais, e também sobre o processo nº 763/19 , assinado pelo deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) e que cria o Sistema de Informação das Condições de Vida da Pessoa Idosa em **Goiás**. Ambos receberam a aprovação definitiva do Parlamento goiano e, agora, seguem para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

No encontro, ainda, outras 19 matérias começaram a tramitar na Casa, após serem lidas no Expediente da sessão. Dessas, 18 são da Governadoria (sendo 11

vetos) e uma é oriunda do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). As proposituras devem entrar na pauta de deliberação da Comissão Mista e CCJ, nos próximos dias. Já no período de apresentação de matérias , sete parlamentares também protocolaram projetos de lei e requerimentos junto à Mesa Diretora.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também, pelo site oficial da Casa, no link portal.al.go.leg.br

Site: https://diariotemporeal.com/85370-projetos-parlamentares-sao-destaque-na-pauta-desta-4a-feira-4/

Assembleia Legislativa acelera pautas próprias na 2ª sessão do semestre

Por: Nielton Soares

Após o retorno do recesso parlamentar e o recebimento de 19 projetos de lei, 18 enviados pelo Governo Estadual (11 vetos) e uma do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), a **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) irá acelerar a deliberação de matérias na segunda sessão deste semestre, na tarde desta quarta-feira (04/08). Ao todo, são 49 propostas que foram apresentadas pelos deputados e que ainda estão em tramitação.

Dessas propostas, oito estão em fase de segunda e definitiva votação e 12 serão apreciadas pela primeira vez. Ainda serão pautados 29 textos com pareceres favoráveis e aprovados que estão sendo encaminhados pela Comissão de Constituição, Justiça e redação (CCJ). Questionado se seria um enxugamento de pauta, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB) negou. "Não, é sequência normal de votações, não tem nada a ver com enxugar a pauta para entrar matérias do governo", frisou, acrescentando que: "As matérias do governo que são prioridade sempre são tratadas com prioridade por nós".

Na sequência dessas deliberações, os parlamentares devem ainda votar os vetos da Governadoria. Dentre os principais, a proposta do parcelamento do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA), em 12 parcelas; e à definição de um porcentual mínimo de vagas para matrículas de filhos e dependentes de policiais militares e civis, bombeiros militares e agentes prisionais em Colégios Militares do Estado de **Goiás** (CEPMGs).

Na justificativa ao veto do IPVA, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO) apontou dúvidas na redação acerca da antecipação do pagamento desse imposto em cota única, sendo indicado antes da "ocorrência do fato gerador".

Acerca de vagas nos colégios militares, a PGE, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO) e a Secretária de Estado da Segurança Pública (SSP-GO) se manifestaram. A procuradoria salientou que tal iniciativa interfere na organização e no funcionamento administrativo, o que caracteriza prerrogativa do chefe do Executivo.

Na mesma linha, a Seduc-GO afirmou que a proposta fere o princípio da igualdade de direito às vagas escolares a todos os estudantes. Por vez, a SSP-GO classificou a proposta como afronta ao princípio constitucional da universalidade do ensino.

Site:
https://ohoje.com/noticia/politica/n/1328921/t/assembleia-legislativa-acelera-pautas-proprias-na-2a-sessao-do-semestre/

Após recesso parlamentar, matérias do Governo começam a tramitar na Assembleia Legislativa

As sessões plenárias da **Assembleia Legislativa de Goiás** forem reiniciadas nesta terça-feira, 03, de forma híbrida, sem a presença do público em geral. Por decisão da Secretaria-Geral da Presidência e da Diretoria de Gestão de Pessoas, a Casa Legislativa permanecerá funcionando com quadro reduzido, podendo atingir até o limite máximo de 50% do efetivo de servidores, tanto no período matutino quanto no vespertino.

Após o recesso parlamentar de julho, apenas dois projetos foram deliberados durante a primeira sessão ordinária desse segundo semestre legislativo. Ambos receberam a aprovação definitiva dos deputados e, agora, seguem para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). O primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Henrique Arantes (MDB), comandou, interinamente, a retomada dos trabalhos parlamentares.

Outros 19 projetos externos começaram a tramitar na Casa nesta terça-feira. Destes, 18 são da Governadoria e um do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). As proposituras devem entrar na pauta de deliberação da Comissão Mista, nos próximos dias.

Projetos Aprovados

Aprovado em segunda e última votação, o projeto de lei, de autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), propõe ajuda de custo concedida aos militares estaduais, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública (SSP-GO). A modificação visa à concessão do pagamento de horas extras a profissionais de saúde da corporação, em razão das demandas de atendimento impostas pela pandemia do novo coronavírus.

Ao defender a iniciativa, que tramitava em segunda fase de votação, Adailton argumentou que, caso sancionada, a alteração poderá contribuir para desafogar atendimentos hospitalares, hoje, incidentes sobre a rede pública de saúde de **Goiás**. A propositura foi aprovada com 21 votos favoráveis e nenhum contrário.

Com 22 votos favoráveis, foi aprovado a matéria do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) que propõe a criação do Sistema de Informação das Condições de Vida da Pessoa Idosa em **Goiás**.

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528107006-apos-recesso-parlamentar-materias-do-governo-comecam-a-tramitar-na-assembleia-legislativa

Assembleia: na volta das sessões, 18 matérias do governo começam a tramitar

Crédito: Valdir Araújo

O primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Henrique Arantes (MDB), comandou, interinamente, a retomada dos trabalhos parlamentares nesta terça-feira, 3. Apenas dois projetos foram deliberados durante a primeira sessão ordinária desse segundo semestre. Ambos receberam a aprovação definitiva do Parlamento goiano e, agora, seguem para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Ao todo, a pauta prévia da Ordem do Dia concentrava 21 matérias assinadas por parlamentares. Dessas, dez tramitam em primeira fase de votação e as outras 11, em segunda etapa. A exemplo do ocorrido nessa tarde, as reuniões plenárias seguem atendendo medidas sanitárias para a contenção da pandemia da covid-19 e, portanto, estão sendo realizadas de forma híbrida.

Deliberações

A primeira matéria a ser deliberada e a receber o aval definitivo do Plenário da Casa foi a de nº 5766/21 , de autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas). Ela propõe a alteração da Lei 15.949, de 29 de dezembro de 2006, que versa sobre a ajuda de custo concedida aos militares estaduais, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública (SSP-GO). A modificação visa a concessão do pagamento de horas extras a profissionais de saúde da corporação, em razão das demandas de atendimento impostas pela pandemia do novo coronavírus.

Ao defender a iniciativa, Adailton argumentou que, caso sancionada pelo governador, a alteração poderá contribuir para desafogar atendimentos hospitalares, hoje, incidentes sobre a rede pública de saúde de **Goiás**. A propositura foi aprovada com 21 votos favoráveis e nenhum contrário.

O projeto de nº 763/19 foi o segundo a entrar na pauta de deliberações dessa tarde. Ele também tramitava em segunda fase e recebeu, igualmente, a aprovação definitiva do Plenário da Casa, com 22 votos favoráveis e nenhum contrário. Na proposição, o deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) defende a criação do Sistema de Informação das Condições de Vida da Pessoa Idosa em **Goiás**.

Um terceiro projeto, a entrar em discussão também em segunda fase, foi o de nº 764/19 , de autoria do deputado Thiago Albernaz (Solidariedade). A matéria acabou tendo sua votação prejudicada e transferida para a pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária que será realizada nessa quarta-feira, 4, em horário regimental, às 15 horas.

Resumo da sessão

Outras 19 matérias começaram a tramitar na Casa, após serem lidas no Expediente da sessão. Dessas, 18 são da Governadoria (sendo 11 vetos) e uma é oriunda do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). As proposituras devem entrar na pauta de deliberação da Comissão Mista e CCJ, nos próximos dias. Já no período de apresentação de matérias , sete parlamentares também protocolaram projetos de lei e requerimentos junto à Mesa Diretora.

Nas discussões que ganharam destaque no Pequeno Expediente, nove parlamentares se revezaram na tribuna e na tela de transmissão remota para defender assuntos como a autonomia orçamentária da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), o Auxílio Humanitário para crianças órfãs da covid-19, subsídios a produtores de leite goianos, dentre outros.

O debate sobre o possível retorno do voto impresso nas eleições brasileiras esteve em evidência e dividiu opiniões. O deputado Cairo Salim (Pros) abriu a discussão e declarou apoio à campanha encabeçada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que é favorável ao tema. Já os deputados Antônio Gomide (PT) e Henrique Arantes questionaram a iniciativa e defenderam a permanência da urna eletrônica.

Além desses, os deputados Delegada Adriana Accorsi (PT), Amauri Ribeiro (Patriota), Paulo Cezar Martins (MDB), Lêda Borges (PSDB), Delegado Humberto Teófilo (PSL) e Alysson Lima (Solidariedade) também discursaram, na ocasião.

Os trabalhos da Mesa foram assessorados pelo primeiro secretário, deputado Álvaro Guimarães (DEM).

Site: https://diariotemporeal.com/85340-assembleia-na-volta-das-sessoes-18-materias-do-governo-comecam-a-

tramitar/

Projetos parlamentares são destaque na pauta desta 4ª-feira, 4

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), após retomar os trabalhos em sessão ocorrida na tarde de ontem, realiza nesta quarta-feira, 4, a segunda reunião ordinária do segundo semestre de 2021. Na oportunidade, os deputados devem deliberar uma pauta contendo 49 matérias. A sessão terá início às 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos durante a pandemia de covid-19.

Os processos constantes da pauta para a reunião de hoje contemplam exclusivamente iniciativas parlamentares. São oito projetos de lei em fase de segunda e definitiva votação e 12 em fase de primeira apreciação. A pauta traz, ainda, 29 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhados pela Comissão de Constituição, Justiça e redação (CCJ).

Um dos processos que consta da pauta, para segunda e definitiva votação, é o projeto de lei nº 1466/19 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que busca instituir programa de incentivo à implantação de hortas comunitárias em **Goiás**. O intuito é institucionalizar o Programa de Horta Comunitária como de Estado, para que o mesmo deixe de ser apenas um programa de governo, com previsão somente em decreto. "Essa proposta partiu de uma pesquisa realizada em outros estados sobre a regulamentação de hortas comunitárias", explica Karlos Cabral.

A propositura tem como modelo projeto apresentado pelo deputado paranaense Evandro Júnior. "As vantagens do programa são o reforço da ação comunitária, a criação de ambientes saudáveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais, o estímulo da autonomia da comunidade inserida e a manutenção frequente do espaço urbano de forma completamente voluntária", reforça o deputado.

Karlos Cabral destaca, ainda, a função social do projeto. "As hortas comunitárias acessíveis à população contribuem para melhorar os hábitos alimentares, por meio do consumo de alimentos livres de agrotóxicos; promove a inclusão social, além de se tornar instrumento de educação e conscientização ambiental".

Ao tramitar pela CCJ, o projeto recebeu parecer favorável da deputada Lêda Borges (PSDB). Em seguida, foi encaminhado para análise da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, onde foi relatado pelo Paulo Trabalho (PSL). Em Plenário, foi aprovado em primeira fase no dia 5 de maio do corrente ano.

É destaque também na pauta, porém em fase de primeira apreciação, o projeto de lei nº 5189/21 que promovealteração no Código Tributário do Estado. De iniciativa dos deputados Helio de Sousa (PSDB) e Amauri Ribeiro (Patriota), a medida visa fixar um limite para o valor das multas tributárias, que consiste em, no máximo, o valor do tributo devido correspondente.

O objetivo é estabelecer um critério justo, razoável e relativamente proporcional aos valores cobrados a título de multa tributária. "Sabe-se que as multas tributárias pelo descumprimento de obrigação acessória têm, sobretudo, uma natureza sancionatória. Com efeito, tais sanções não têm a finalidade de ressarcir ou indenizar o erário. Logo, não se justifica que sejam cobrados valores superiores ao valor do tributo devido referente à obrigação principal", explicam os autores na justificativa do projeto.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 4, consulte a pauta prévia .

Primeira sessão ordinária do segundo semestre de 2021

Durante a retomada dos trabalhos, em reunião ocorrida nesta terça-feira, 3, os parlamentares deliberaram sobre o processo nº 5766/21 , de autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), que versa sobre a concessão do pagamento de horas extras aos militares estaduais, e também sobre o processo nº 763/19 , assinado pelo deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) e que cria o Sistema de Informação das Condições de Vida da Pessoa Idosa em **Goiás**. Ambos receberam a aprovação definitiva do Parlamento goiano e, agora, seguem para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

No encontro, ainda, outras 19 matérias começaram a tramitar na Casa, após serem lidas no Expediente da sessão. Dessas, 18 são da Governadoria (sendo 11 vetos) e uma é oriunda do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). As proposituras devem entrar na

pauta de deliberação da Comissão Mista e CCJ, nos próximos dias. Já no período de apresentação de matérias , sete parlamentares também protocolaram projetos de lei e requerimentos junto à Mesa Diretora.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também, pelo site oficial da Casa, no link portal.al.go.leg.br

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-parlamentares-sao-destaque-na-pauta-desta-4a-feira-4/